



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO

PARECER DO CONTROLE INTERNO

Processo nº: 022/2023

Tipo de Licitação: Menor Preço Global

Modalidade de Licitação: Convite nº 001/2023

Objeto da Licitação: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de desratização, descupinização, desinsetização, limpeza de caixas de água, desinfecção e sanitização de ambientes coletivos para a saúde e segurança da população contra germes, bactérias e vírus (inclusive o COVID-19), para atender as necessidades dos Prédios da Secretaria Municipal de Educação – SMED.

Interessado: Secretaria Municipal de Educação – SMED.

Considerando a Constituição Federal de 1988, que em seu art. 74, estabelece as finalidades do sistema de controle interno, assim como a Lei PBM/RR Nº 222/2015, de 30.04.2015, em seu art.1º e com base no Decreto Municipal PBM/RR Nº 002/2022, de 03/01/2022 com fulcro na Lei Complementar Nº 101/2000 Art.59, atribuindo ao Controle Interno, dentre outras competências, realizar acompanhamento, levantamento, inspeção e auditoria nos sistemas: administrativo, contábil, financeiro, patrimonial e operacional relativos às atividades administrativas das Unidades da Prefeitura, com vistas a verificar a legalidade e a legitimidade de atos de gestão dos responsáveis pela execução orçamentário-financeira e patrimonial e a avaliar seus resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício do controle prévio e concomitante dos atos de gestão.

Tendo em vista que a contratação *sub examine*, implica em realização de despesa, resta demonstrada a competência da Secretaria, análise e manifestação.

Concluídas as etapas de contratação, veio a conhecimento da Secretaria Municipal de Controle Interno do Município, o processo nº 0224/2023 - SMED, Convite nº 001/2023, para análise prévia dos procedimentos adotados e atos realizados pela Comissão Permanente de Licitação, nos termos da legislação aplicada, para posterior homologação ou não por parte da autoridade competente, convalidando os demais atos administrativos anteriores e aqueles praticados no procedimento de licitação.

DA ANÁLISE
I – DA MODALIDADE ADOTADA

Trata-se de procedimento Licitatório na Modalidade Carta Convite com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações, onde se considera: O Convite é a modalidade de licitação entre



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO

PARECER DO CONTROLE INTERNO

interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa.

II - DA ANÁLISE PROCEDIMENTAIS

Em exame, quanto aos atos procedimentais na fase interna e externa verificou-se:

2.0 O procedimento instaurado para a realização de contratação por CONVITE está instruído com as seguintes peças em cumprimento às disposições nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e com base no Decreto nº 9.412/2018, no seu Art, 23, inciso "a".

2.1 Observa-se que o procedimento administrativo, encontra-se devidamente autuado, protocolado e numerado conforme art. 38 da Lei nº 8.666/93, desde a fl. 001 até a solicitação de parecer desta secretaria;

2.2 Consta nos autos a solicitação de abertura do processo, enviada pela Secretaria Municipal de Educação, através do MEMO Nº 005/2023 de 03 fevereiro de 2023, informando o objeto a ser adquirido, e seguido do Pedido de Aquisição de Material e/ou Serviço/PAMS, assinado pela autoridade competente - **(fl. 002 - 003)**;

2.3 Consta Projeto Básico e seus anexos, com a descrição do objeto, justificativa, classificação orçamentária, modalidade de licitação, condições de participação, prazos de entrega e vigência do contrato, obrigações contratada e contratante, do valor estimado, fiscalização, penalidades e disposição finais **(fls. 004 - 009)**;

2.4 Foram realizadas pesquisa de mercado, para estimativas do preço médio, conforme previsto no Art. 15, § 1º da Lei 8.666/93 **(fls. 010 - 013)**;

2.5 Consta Valor Médio Estimado de **R\$320.825,67** (trezentos e vinte mil, oitocentos e vinte reais e sessenta e sete centavos) para o valor global, conforme item 10 do Termo de Referência **(fls. 007)** e **Planilha Orçamentária (fl.013)**. O valor estimado para a presente licitação é de responsabilidade única dos profissionais técnicos habilitados das Secretarias Municipais que elaboraram e analisaram o Orçamento;

2.6 Foi informada através da Secretaria Municipal de Educação, a existência de Dotação Orçamentária, Indicando a respectiva, unidade orçamentária, projeto/atividade, ação, elemento de despesa, e fonte de recursos, para o exercício de 2023, declarando a existência de crédito orçamentário, conforme previsto no art. 14 da Lei 8.666/93 **(fl. 016)**;

2.7 Consta Decreto nº 035/2023, nomeando a Comissão Permanente de Licitação **(fl.017)**;

2.8 Consta o despacho do Presidente da Licitação, declarando que o processo em epígrafe seja realizado como Convite, de acordo com o Art. 23, inciso II "a" da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, acompanhado do Decreto Federal Nº 9.412/2018, **(fl. 018)**;

2.9 Consta Minuta de Edital de Licitação Minuta de Edital de Licitação e seus anexos **(fls. 019- 038)**;



**ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO**

PARECER DO CONTROLE INTERNO

- 2.10 Consta Declaração de Adequação orçamentária e Financeira assinada pelo ordenador de Despesas **(fl. 039)**;
- 2.11 Consta Parecer Jurídico, aprovando à minuta do Edital e seus Anexos e Minuta do Contrato **(fls. 041-044)**;
- 2.12 Consta Autorização para Autuação e prosseguimento assinada pelo ordenador de Despesas **(fl. 045)**;
- 2.13 Consta Autuação do Processo quanto a Modalidade de Licitação e respectivo número assinada Presidente da Comissão Permanente de Licitação-CPL **(fl. 046)**;

III – DO EDITAL

- 3.0 O edital está composto por seus anexos e Minuta do Contrato, concernentes ao que prever a legislação em vigor, devidamente analisado pela Assessoria Jurídica, visto que atende os requisitos legais e regimentais, desde o credenciamento, habilitação, julgamento e homologação **(fls. 047-065)**;
- 3.1 Consta no Edital de Convite Nº **001/2023** e seus anexos, a data da expedição, a rubrica em todas as folhas e a assinatura da autoridade responsável por sua expedição, conforme Art. 40, §1º da Lei 8.666/93.

IV – DA PUBLICAÇÃO E DOS PRAZOS

- 4.1 Foi publicado o Aviso de Licitação de Convite nº **001/2023**, no Mural da Prefeitura Municipal de Bonfim no dia 16 de fevereiro de 2023 para recebimento dos envelopes contendo as propostas de preço e a documentação de habilitação, conforme Art. 21, § 2º, III, da Lei nº 8.666/93, **(fl. 066)**;
- 4.2 Com relação aos prazos que se refere à modalidade adotada, entre a publicação do aviso e abertura do certame, foi respeitado o prazo estabelecido, que é de no mínimo de 5 (cinco) dias úteis entre as datas de publicação e da sessão, conforme Art. 21, §2º, inciso IV da Lei 8.666/93;

V – DA RETIRADA DO EDITAL

5. Consta nos autos os Recibos de Comprovantes de Entrega do Edital em Nome das Empresas: ESSENCIAL SERVIÇOS LTDA CNPJ Nº 21.785.298/0001-62; J CASTRO EDA EIRELI – CNPJ 03.557.7877/0001-85; JOÃO DE BARRO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME CNPJ Nº 04.382.316/0001-46 **(fls. 067-069)**.

VI – DO JULGAMENTO

- 6.0 No dia, hora e local, previamente designados - foi ABERTA A SESSÃO PÚBLICA DE HABILITAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DO CONVITE Nº **001/2023**, estavam presentes na Sessão o Presidente da Comissão Permanente de Licitação a Sr. Cirilo Francis de King e



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO

PARECER DO CONTROLE INTERNO

Campos Júnior e os membros, Rosicleide Rodrigues e Ângela Azevedo da Silva e os representantes das Empresas convidadas;

6.1 Conforme relatado na Ata da Sessão de Habilitação, compareceram as empresas: ESSENCIAL SERVIÇOS LTDA CNPJ Nº 21.785.298/0001-62: J CASTRO EDA EIRELI – CNPJ 03.557.7877/0001-85 e JOÃO DE BARRO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME CNPJ Nº 04.382.316/0001-46, e todas estavam com seus representantes legais.

6.2 As empresas participantes entregaram a documentação de credenciamento (fls. 070-111) e após análise as mesmas foram declaradas **CREDENCIADAS (fl.212)**;

6.3 Após analisar a documentação de habilitação das empresas participantes (fls. 112 - 198) a Comissão Declarou **HABILITADAS** as Empresas: ESSENCIAL SERVIÇOS LTDA CNPJ Nº 21.785.298/0001-62: J CASTRO EDA EIRELI – CNPJ 03.557.7877/0001-85; JOÃO DE BARRO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME CNPJ Nº 04.382.316/0001-46, por atenderem na íntegra as exigências contidas no instrumento convocatório;

6.4 Os licitantes não manifestaram interesse em interpor recurso na fase de habilitação (fl. 212);

6.5 Conforme em Ata constante nos autos, a Comissão resolve, **CLASSIFICAR** as Propostas de Preço das Licitantes: ESSENCIAL SERVIÇOS LTDA CNPJ Nº 21.785.298/0001-62: J CASTRO EDA EIRELI – CNPJ 03.557.7877/0001-85; JOÃO DE BARRO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME CNPJ Nº 04.382.316/0001-46, por atenderem na íntegra as exigências contidas no EDITAL, conforme discriminado a seguir: ESSENCIAL SERVIÇOS LTDA CNPJ Nº 21.785.298/0001-62, apresentou valor global de R\$319.742,67 (**trezentos e dezenove mil, setecentos e quarenta e dois reais e sessenta e sete centavos**); JOÃO DE BARRO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME CNPJ Nº 04.382.316/0001-46, apresentou valor global de R\$316.837, 97 (**trezentos e dezesseis mil, oitocentos e trinta e sete reais e noventa e sete centavos**) J CASTRO EDA EIRELI – CNPJ 03.557.7877/0001-85, apresentou valor global R\$318.049,67 (**trezentos e dezoito mil, e quarenta e nove reais e sessenta e sete centavos**) (fls.199-211);

6.6 Foi escolhida a proposta de MENOR PREÇO, ofertada pela empresa **JOÃO DE BARRO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME CNPJ Nº 04.382.316/0001-46, com valor global de R\$316.837,97 (trezentos e dezesseis mil, oitocentos e trinta e sete reais e noventa e sete centavos (fl. 213)**

6.7 Os licitantes não manifestaram interesse em interpor recurso na fase de Proposta de Preços (fl.213);

6.8 Consta Mapa Comparativo de Preços (fl. 215);

6.9 Consta Decisão Superior da Proposta de Preços (fl. 216);

6.10 Consta recomendação de Adjudicação a Licitante: **JOÃO DE BARRO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME CNPJ Nº 04.382.316/0001-46, com valor global de R\$316.837,97 (trezentos e dezesseis mil, oitocentos e trinta e sete reais e noventa e sete centavos,**



**ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO**

PARECER DO CONTROLE INTERNO

valor abaixo do estimado pela Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Bonfim **(fl.213)**;

É o relatório

VII – DAS RESSALVAS

7.0 Nenhum dos itens ensejam ressalvas.

VIII – DAS RECOMENDAÇÕES

8. Que sejam juntados aos autos os comprovantes de publicações dos atos administrativos posteriores a este Parecer, tais como: homologação, portaria de designação de fiscais e extrato de contrato, conforme consta em Lei Municipal PMB nº 225/2019, de 25.06.2015;

8.1 Que seja dado continuidade a numeração de todo o restante do processo e, se for preciso, Termo de encerramento de Volume e Termo de Abertura de volume;

8.2 Que seja designado fiscal de contrato e suplente, por meio de portaria;

8.3 Verificar a validade das certidões para a emissão da Nota de Empenho e assinatura do contrato;

8.4 Que o fornecedor seja convocado para a assinatura do contrato, visando atendimento ao disposto no art. 64, da Lei nº 8.666/93;

8.5 A empresa contratada deve manter-se durante a execução do contrato, regular perante o fisco, nos termos da alínea “a”, inciso I do art. 47 da Lei 8212/91; do art. 27 da Lei 8036/90 e do inciso IV do art. 29 da Lei 8666/93;

8.6 **Que o setor competente realize o lançamento dos dados processuais no Sistema SAGRES-licitações, do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, e Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Bonfim conforme preceitua a lei;**

8.7 Recomenda-se ao setor requisitante e ao Senhor Prefeito ao autorizar a abertura do procedimento licitatório em posteriores convite, analisar o objeto a ser contratado para evitar um possível fracionamento de despesa, que é vedado por lei.

V – DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, presumindo que os Pareceres Técnicos **(ATA DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO DE DOCUMENTOS E ABERTURA E JULGAMENTO DE PROPOSTAS DE PREÇOS)** e considerando que as demais informações são legítimas e os agentes administrativos que manifestaram suas convicções, detém legitimidade para a prática dos respectivos atos que instruem o processo administrativo sejam fidedignos, esta Secretaria de Controle Interno, opina pela **POSSIBILIDADE** da contratação, a regularidade da contratação



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO

PARECER DO CONTROLE INTERNO

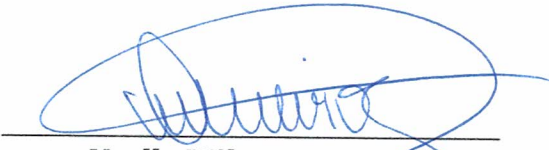
está condicionada ao atendimento das recomendações, sem necessidade de retorno a esta Secretaria.

Ressaltamos, por fim, que os apontamentos deste Órgão de Controle **têm caráter eminentemente opinativo e não vinculativo**, portanto, caberá exclusivamente ao Ordenador de Despesa decidir de forma motivada sobre o prosseguimento ou não dos autos, visto que este, detêm autonomia em suas decisões.

Cabe a Secretaria Municipal de Educação, além de acompanhar a boa execução do serviço, atentar para o prazo de Vigência do Contrato, primando pelos Princípios Fundamentais da Administração Pública.

Encaminhar os autos a para prosseguimento.

Bonfim – RR, 03 de março de 2023.



Narlla Wilson Queiroz
Secretária Municipal de Controle Interno
Decreto nº 002/2022